

ENTREVISTAS - SOCIOECONÔMICA

Transcrição das entrevistas realizadas nas sedes distritais dos municípios de Corumbá e Ladário para análise de percepção dessas comunidades sobre o projeto de expansão da MCR em Corumbá.

Entrevista com o Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Corumbá: Alfredo Zamlutti Júnior

scccorumba@bol.com.br ou mutum@mutumturismo.com.br (Endereço eletrônico da Agência de Viagens de sua propriedade onde fica a maior parte do dia)

Cel: (67) 9987-2355

Fone: (67) 3231-6515

End. Rua Delamare 1088, Centro

Entrevista realizada na sede da Associação das 11:00 às 13:00h, do dia 20 de julho de 2011.

O Sr. Zamlutti mostrou claramente, ao longo da entrevista, forte hostilidade, tanto aos estudos preliminares ao projeto de expansão da MCR, como em especial, à própria empresa Vale. Relatou inclusive que, quando procurado pela equipe de campo da Vereda para realização de pesquisas de caráter científico em sua fazenda, não permitiu que lhes fosse franqueada a entrada em sua propriedade. Alegou que não gostou dos termos em que foi redigida a carta de apresentação, tendo consultado seus advogados se deveria assinar a autorização para realização das pesquisas que o informaram que não estava obrigado a fazê-lo. Relatou inclusive que, quando perguntado a respeito pelo Sr. Marcus e pelo Sr. Waldemar da Vale manteve sua intransigente recusa em autorizar a entrada da equipe em sua fazenda.

Afirmou, igualmente, que não venderia em nenhuma hipótese nenhuma parte de sua fazenda à Vale para expansão do Pátio de Maria Coelho e que estava convicto que tão pouco a empresa Vetorial Mineradora cederia espaço à Vale para ampliação

do referido pátio. Fez questão de ligar, incontinentemente, pelo celular para quem dizia ser o principal dirigente desta empresa para assegurar-se a respeito.

Disse ainda que sua empresa, a Agência de Viagem Mutum, realizara durante anos os serviços de agenciamento de viagens para os funcionários da MCR, tanto no tempo da Rio Tinto como nos primeiros anos da Vale mas que a nova gerência desprezara seus serviços e preferira fazê-lo a nível nacional por Belo Horizonte. Isto, segundo o Sr Zamlutti, era uma prova cabal de que a Vale não estava disposta a apoiar as empresas locais.

Argumentou que quando a Vale decidiu realizar um encontro com o empresariado local, potenciais fornecedores da Vale, ao invés de fazê-lo na sede da Associação Comercial e Empresarial de Corumbá, como é a tradição de toda nova empresa que chega a Corumbá, preferiu fazê-lo no auditório do SESI de Corumbá, que por isso poucos foram os empresários locais que compareceram à reunião convocada pelo Diretor da Vale, no Centro-Oeste, Alexandre Campanha e pelo Sr. Bergson Amarilla, superintendente do IEL.

Em seguida, passou a discorrer longamente sobre a história da Associação Comercial cujo prédio fora construído por seu pai, mencionando a excelência de sua gestão à frente da associação, à qual já fora reconduzido por cinco anos ininterruptos, tendo recuperado suas finanças que se tornaram superavitária graças à gestão eficiente, referiu-se aos movimentos sociais que são recebidos pela associação, às parcerias e convênios que realiza com as universidades, ao grande número de novas empresas que vêm se associar, com exceção da Vale que se recusa a pagar R\$ 40,00 por mês para associar-se, ao contrário de toda nova empresa que chega a Corumbá.

Indicou as excelentes relações que mantém com a diretoria da Petrobras para quem emite os certificados de origem, para atendimento de exigências da Secretaria de Fazenda, com a Senesul, com a qual desenvolveu gestões para a organização de parcerias público-privadas, com o IPHAN e o Ministério Público, intermediando os conflitos surgidos entre esses órgãos públicos e o empresariado local.

Mencionou, explicitamente, suas estreitas relações com as principais lideranças políticas de Corumbá, incluindo o Zeca do PT que o teria sugerido como candidato a prefeito de Corumbá e que ele teria indicado o nome do Ruitter Cunha de Oliveira, como o melhor candidato ao cargo, motivo pelo qual fora nomeado secretário Municipal de Meio Ambiente. Mencionou, a propósito, que determinada mineradora que exportava minério pelo porto situado em Ladário se recusara a atendê-lo por ele não ter jurisdição sobre o município de Ladário, mas apenas em Corumbá e, por isso, determinou medida austera. Como os caminhões da referida mineradora passavam necessariamente pelas vias de Corumbá, mandou as patrulhas da Secretaria de Meio Ambiente apreender dezenas de caminhões da mineradora que trafegavam nas ruas de Corumbá até cumprirem suas exigências. Finalmente, deixou escapar que deixou a Secretaria de Meio Ambiente de Corumbá por não ter sido apoiado pelo prefeito em medidas mais austeras que vinha tomando em sua gestão à frente desta secretaria.

Acrescentou manter estreitas relações familiares com mãe do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), com diversos vereadores de Corumbá e com o Zeca do PT a quem considera seu mentor político. Relatou, ainda, sua desavença com o Eike Batista da MMX.

Perguntado se podia mencionar algum ponto positivo da atuação da Vale em Corumbá, indicou a iniciativa do Moinho Cultural da Fundação Vale.

Terminou a entrevista dizendo que comprara a sua fazenda perto do Pátio Maria Coelho duas vezes. A primeira vez o proprietário a vendera, simultaneamente, a outro comprador que logrou adquirí-la. Esperou dezesseis anos para comprá-la definitivamente por isso não se conformava a vendê-la agora.

Entrevista com a Sra. Rosana Nunes, Diretora Executiva do Jornal Diário Corumbaense.

Entrevista realizada no dia 27 de julho de 2011, das 10 às 11 horas, na sede do Jornal, à Rua 15 de novembro, nº 75. Centro, Corumbá. MS.

A Sra. Rosana Nunes disse estar familiarizada com o projeto da MCR de expansão da lavra e observou que o projeto não era novo pois, desde 2008 e 2009 que este projeto vinha sendo divulgado pela Rio Tinto, que inclusive fez grande alarde do projeto que envolvia um pólo minero-siderúrgico com investimentos da ordem de US\$ 2 bilhões e que mobilizou pessoal vindo de outros estados e regiões do país, na expectativa de obter empregos em um projeto deste porte que, afinal, não se concretizou e gerou inúmeras frustrações.

Disse inclusive que, quando da apresentação pelo novo gerente da Vale do projeto de expansão da MCR, ela questionou, pessoalmente, o executivo da Vale a respeito do projeto do pólo minero-siderúrgico, indagando se a Vale estava disposta a implantar o referido projeto e que teria obtido a resposta de que este era um projeto que ainda estava em cogitação e estudo pela Vale.

A Sra. Rosana considera que existem perspectivas importantes para o desenvolvimento do turismo em Corumbá, desde a recuperação do casario do Porto, uma iniciativa do IPHAN e da implantação do Museu de História do Pantanal (MUHPAM) que visa resgatar a história do Pantanal e estimular o envolvimento da população nas questões de preservação e valorização cultural.

O casarão que abriga o museu foi tombado como patrimônio histórico em 1992 e passou por uma restauração que recebeu, além de outros investimentos de empresas parceiras, recursos do Programa Monumenta do Ministério da Cultura. Sua inauguração aconteceu no ano passado, mas só em 2011 as instalações do Muhan estarão abertas ao público. Igualmente notável, observa, o Museu da Fundação Boticário, a chamada "Estação Natureza", com propósito didático educacional e cultural sobre o bioma do Pantanal que em conjunto apresentam pólo atrativo para o turismo mais amplo do que o simples turismo da pesca atualmente mais desenvolvido em Corumbá.

Observou, ainda, a existência no Centro de Corumbá, em particular nas imediações da Rua Delamare, de inúmeras construções e prédios com fachadas típicas do século XIX e que poderiam ser valorizadas para fins turísticos, embora estejam encobertas por cartazes, propagandas e anúncios de lojas comerciais e pela fiação caótica que os encobre à vista dos transeuntes.

Em relação ao projeto de expansão da MCR e da Vale, em geral, possui uma percepção focada, sobretudo, no ponto de vista social. Considera que o que a Fundação Vale fez até agora pela cidade de Corumbá, de cujo município retira parcela significativa dos recursos naturais não renováveis, não difere do que já faz em várias outras cidades onde não desenvolve qualquer atividade mineradora da mesma importância. Considera que a Vale ainda não contemplou a cidade com projetos sociais importantes compatíveis com o vulto das operações de exploração mineral que realiza na região e que as somas até agora investidas no Moinho Cultural, são pífias (qualquer coisa entre R\$ 30 e 40 000, o que considera ridículo).

A juventude de Corumbá e Ladário, segundo a Sra. Rosana Nunes não possui opções saudáveis de emprego e lazer e argumenta que a Vale deveria investir, sobretudo em projetos sociais, aptos a criar alternativas para esta juventude.

Por exemplo, uma iniciativa importante seria patrocinar a gratuidade dos cursos oferecidos pelo SENAC, no município, além de atender à população jovem dos distritos de Albuquerque e Maria Coelho, extremamente carente de todo e qualquer tipo de infraestrutura de educação, saúde e lazer, justamente as comunidades que serão mais afetadas pelo projeto da MCR.

Discorreu ainda, a Sra. Rosana sobre reportagem recente de seu jornal dando conta do grave problema das drogas junto às populações jovens e de estudantes de Corumbá.

Pesquisa realizada pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS Ad) em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino (Reme) de Corumbá, identificou que quase 30% dos alunos entrevistados já fizeram uso de algum tipo de droga, seja ela lícita ou não.

Ao longo de cinco meses - entre agosto e dezembro de 2009 - foram ouvidos mais de 2,2 mil estudantes que cursavam entre o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental. A pesquisa envolveu as escolas urbanas e da região das águas. A pesquisa aponta, ainda, que mais de 40% desses jovens estudantes - na faixa entre 11 e 15 anos - conhecem alguém que comercializa droga e não teriam coragem de denunciá-los por medo ou para não serem chamados de fofoqueiros pelos integrantes do grupo a que pertencem.

Quase metade dos entrevistados disse conhecer pessoas que já cometeram algum tipo de delito em função do envolvimento com as drogas. A pesquisa revela, igualmente, que a maioria dos estudantes não conversa com ninguém sobre o problema das drogas. Os dados obtidos com a pesquisa para identificar o grau de envolvimento de crianças e adolescentes de Corumbá com drogas psicoativas mostram que 28% deles já fizeram uso de álcool ou outro tipo de droga e que 71% disseram que nunca tiveram qualquer contato. Dentre os que responderam positivamente, 13% afirmam ter apenas experimentado uma vez e o mesmo percentual diz usar de vez em quando e 1% admite um consumo diário.

A gestora do CAPS ad, psicóloga Sílvia Freire, especialista em dependência química, considera que o uso de álcool e outras drogas em Corumbá vêm acontecendo, cada vez mais cedo, e que toda uma geração pode estar em risco se não houver um trabalho sério e mais atuante na prevenção e combate às drogas na cidade.

Entrevista com o Dr. Luiz Fernando de Toledo Jorge, Presidente da OAB de Corumbá.

Entrevista realizada no dia 26 de julho de 2011, das 16 às 16h30m na sede da OAB de Corumbá, à Rua 7 de Setembro nº 363, Centro, Corumbá, MS.

Após breve exposição sobre o escopo do projeto de expansão em estudo pela MCR o dr. Toledo teceu as seguintes considerações:

Tem conhecimento das expectativas das comunidades de Albuquerque, de Antônio Maria Coelho e de alguns assentamentos rurais de que a adutora projetada pela Vale possa vir a solucionar problemas de abastecimento de água dessas comunidades. Manifestou, a respeito, sua convicção de que as questões de abastecimento são atribuições do poder público e não de uma empresa privada. Entende que, eventualmente, a MCR possa contribuir para solução do problema, mas não considera que esta seja propriamente uma obrigação da Vale.

Observou que um problema mais grave no município é o do Hospital da Santa Casa de Corumbá. Acordo judicial comandado pelo Ministério Público Estadual (MPE) em

12 de maio deste ano definiu atribuições para as Prefeituras de Corumbá e Ladário e Governo do Estado assumir a administração da Santa Casa corumbaense para, em conjunto, sanearem administrativa e financeiramente o único hospital da região. Ao longo dos 24 meses de intervenção – iniciada em 12 de maio e que pode ser prorrogada – a Prefeitura de Corumbá vai repassar R\$ 1,2 milhão ao hospital. No mesmo período, o Executivo de Ladário destinará R\$ 480 mil e o Governo do Estado arcará com R\$ 1,680 milhão. Totalizando R\$ 3 milhões e 360 mil. Estes valores devem ser repassados a mais, além do montante destinado atualmente.

O presidente da Comissão de Intervenção – gerenciada pela Prefeitura de Corumbá – é o ex-secretário de Ações Sociais, Lamartine Figueiredo Costa. Também integra a Junta, o secretário Executivo de Saúde, Lauther Serra; o secretário de Administração e Finanças, Daniel Martins Costa; o procurador geral do Município, Marcelo Dantas e Eduardo Pacheco, presidente da Associação Médica de Corumbá e membro do Conselho Regional de Medicina (CRM).

Com relação à Taxa Municipal de Fiscalização pelo uso de Recursos Ambientais da ordem de R\$2,00 por tonelada de minério extraída, constitui uma questão polêmica, mas sobre a qual já se manifestou ao Ministério Público. Trata-se de uma taxa de caráter ambiental e social. Estes recursos complementarizam outros referentes a passivos históricos relativos à CFEM da ordem de R\$ 20 milhões que, segundo o secretário Municipal de Finanças, já se encontrariam inscritos na Dívida Ativa da União. Contudo, tem conhecimento de iniciativas na área federal para elevação da CFEM de 2 para 4%, sobre o minério de ferro, mas considera que esta é ainda uma questão polêmica, na área essencialmente política, longe de constituir ainda uma questão jurídica.

Contudo, no caso de utilização do Porto da Granel Química para escoar parte da produção de minério de ferro da MCR, para alcançar a hidrovía do Paraguai, caberá ao município de Ladário cobrar o ISS sobre o valor das operações portuárias correspondentes.

Considera que o desenvolvimento de ações visando a promoção do turismo além do turismo da pesca, uma alternativa importante a ser explorada. Cita, a propósito, em particular a iniciativa em curso para implantação de um centro de convenções, com um auditório para 600 pessoas.

Observa que o turismo de pesca tem poucas possibilidades de autossustentação e que outras opções turísticas deveriam ser exploradas como, por exemplo, a implantação de um clube náutico e a exploração do turismo de negócios.

Lembra que as opções de turismo ecológico e contemplativo deveriam fazer parte do eixo de desenvolvimento de Corumbá e Ladário que se acham a menos de 250km de Bonito, uma região turística de expressão internacional.

Esforços têm sido implementados pela Prefeitura de Corumbá visando criar alternativas turísticas diversificadas, aproveitando a vocação natural e histórica da cidade. Procurando incentivar o turismo de negócios, desenvolveram os projetos de revitalização da orla, com a recuperação das fachadas do casario do porto, a restauração, em curso, da antiga sede da Alfândega e anexo para uso como auditório da UFMS, criação do Centro de Convenções, recuperação do prédio que sedia, atualmente, o Moinho Cultural cujas atividades vêm sendo financiadas pela Fundação Vale, e ainda desenvolvendo o calendário cultural da cidade com a implantação de novo local para promoção dos desfiles de carnaval, estimulando as tradicionais festas de São João no mês de junho e o Festival da Pesca. Considera que a Fundação Vale poderá associar-se a estas iniciativas.

Entrevista com o Secretário Municipal de Gestão Governamental e Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Corumbá. Cássio Augusto da Costa Marques.

[Cássio.marques@corumba.ms.gov.br](mailto:Cassio.marques@corumba.ms.gov.br)

Tel. (67) 3234-4573/3231-7474; Cel. (67) 9987-4565.

Entrevista realizada na Secretaria Municipal de 16h às 17h, do dia 21 de julho de 2011.

Tendo tomado conhecimento dos estudos em curso para o projeto de expansão da MCR, o Sr secretário logo considerou que seria extremamente positiva a cooperação da Vale para solução do grave problema da água que flagela os

assentamentos da região do projeto, em particular o Assentamento de São Gabriel no qual os poços de água apresentam-se contaminados.

A criação de um ramal da Adutora que destinasse uma pequena parte da água captada no rio Paraguai para atender a estas comunidades rurais seria considerada um impacto muito positivo do projeto para o município de Corumbá. O município, através de recursos públicos ou em convênio com a Senesul poderia associar-se à iniciativa instalando uma ETA para tratar a água a ser suprida às comunidades.

Outra importante contribuição que se espera do projeto da Vale é a formação de pessoal de nível técnico, complementando o trabalho que já vem sendo realizado pelo SENAI no que tange à formação de pessoal técnico nas áreas de mineração, manutenção industrial, mecânica e agro técnica, sem esquecer os investimentos já realizados pela prefeitura no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) na criação do Espaço Educacional implantado na antiga Câmara Municipal, visando habilitar as empresas locais a elevar seu nível tecnológico.

As necessidades de formação de pessoal apresentam-se ainda mais urgentes porque, independente da demanda a ser gerada pelo projeto da MCR, acha-se em curso a implantação, no município boliviano fronteiriço, do projeto "El Mutum", composto de uma mina de ferro e uma unidade siderúrgica da *Jindal Steel and Power*, conglomerado siderúrgico indiano, que pretende fabricar fio máquina e perfis siderúrgicos. A companhia assinou, em 2007, um contrato para investir US\$ 2,1 bilhões em oito anos na Bolívia para desenvolver minas de minério de ferro e construir uma siderúrgica integrada com capacidade para produzir 1,7 milhões de toneladas de produtos longos por ano. A cidade boliviana onde a unidade siderúrgica deverá ser implantada é uma pequena cidade de apenas 30 000 habitantes de tal forma que a mão de obra necessária para atender a este projeto deverá provir, naturalmente, do município de Corumbá.

O Sr. secretário informou que já se reuniu com executivos da Vale para apoiar este projeto de formação de pessoal técnico, além de programa já acertado com a Fundação Vale que aportará recursos para a construção de 260 unidades habitacionais, em Corumbá, através do Programa Minha Casa Minha Vida.

Outra questão para a qual se espera a cooperação da Vale diz respeito à intervenção pública no Hospital de Corumbá. Acordo judicial comandado pelo Ministério Público Estadual (MPE), em 12 de maio deste ano, definiu atribuições para as prefeituras de Corumbá e Ladário e Governo do Estado assumirem a administração da Santa Casa corumbaense para, em conjunto, sanearem administrativa e financeiramente o único hospital da região. Ao longo dos 24 meses de intervenção – iniciada em 12 de maio e que pode ser prorrogada, a Prefeitura de Corumbá vai repassar R\$ 1,2 milhão ao hospital. No mesmo período, o Executivo ladarense destinará R\$ 480 mil e o Governo do Estado arcará com R\$ 1,680 milhão. Totalizando R\$ 3 milhões e 360 mil. Estes valores devem ser repassados a mais, além do montante destinado atualmente.

O presidente da Comissão de Intervenção – gerenciada pela Prefeitura de Corumbá – é o ex-secretário de Ações Sociais, Lamartine Figueiredo Costa. Também integra a Junta, o secretário executivo de Saúde, Lauther Serra; o secretário de Administração e Finanças, Daniel Martins Costa; o procurador geral do Município, Marcelo Dantas e Eduardo Pacheco, presidente da Associação Médica de Corumbá e membro do Conselho Regional de Medicina (CRM).

Outra questão mais polêmica diz respeito a uma Taxa Municipal de Fiscalização pelo uso de Recursos Ambientais da ordem de R\$2,00 por tonelada de minério extraída, sobre a qual já se manifestou o Ministério Público. Trata-se de uma taxa de caráter ambiental e social. Estes recursos complementarizam outros referentes a passivos históricos relativos à CFEM da ordem de R\$ 20 milhões que, segundo o secretário Municipal de Finanças, já se encontrariam inscritos na Dívida Ativa da União.

A justificativa dessa taxa vem sendo defendida pelo prefeito de Corumbá, Ruiteir Cunha de Oliveira nos seguintes termos:

“Em Corumbá, nosso município, situado no Pantanal, uma área considerada patrimônio ecológico de toda a humanidade, estamos chamando à responsabilidade as mineradoras que exploram nossas riquezas naturais. Instituímos em dezembro de 2006, por meio de Lei aprovada pela Câmara Municipal, a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental dos Recursos Minerais, fixada em R\$ 2,00 por tonelada extraída de ferro e manganês. A iniciativa da Administração Municipal está fundamentada no entendimento de que as mineradoras exploram um bem finito,

são agentes ativos de uma atividade degradadora do meio ambiente e devem, por incitação constitucional e moral, contribuir, numa proporção ideal (que equilibre competitividade do empreendimento e investimento social, utilização de recursos naturais e reparação ambiental), pensando nesta e nas gerações futuras.

São bem-vindos a Corumbá os empreendedores que geram ofertas de trabalho e movimentam a economia. Mas há um vazio gigantesco entre a riqueza que as mineradoras acumulam e a pobreza da cidade. Mais de 80% da população vivem com renda abaixo de três salários mínimos, falta moradia decente para pelo menos 5 mil famílias, o principal hospital da cidade reclama por mais recursos e, às margens do rio Paraguai, somos mais de 100 mil pessoas morando, em terreno rochoso, com índice zero de saneamento básico.

Enquanto isso, ao que se tem notícia, a mineração faturou em Mato Grosso do Sul cerca de R\$ 500 milhões em 2006 e cresceu em âmbito nacional 4,1% somente no primeiro trimestre deste ano. Entretanto, participa com menos de 0,5% da arrecadação estadual, considerando todos os tributos pagos, inclusive a CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, cujo valor recolhido é questionado pelo órgão fiscalizador, o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). As mineradoras desfrutam da isenção concedida pela Lei Kandir para a exportação de produtos primários, que estimula a remessa para o exterior sem nenhuma agregação de valor. No caso do minério de ferro, segundo dados do DNPM, o valor do minério bruto é multiplicado por dez até a etapa final da produção do aço (a produção brasileira de minério bruto que vale R\$ 3,2 bi passa a valer R\$ 32 bi na saída da siderúrgica). Portanto, temos uma riqueza natural não renovável explorada para gerar empregos e renda fora do país. Para ter uma ideia do que isso significa em termos regionais, cada estabelecimento da nossa pecuária pantaneira gera um posto de trabalho a cada R\$ 43 mil de faturamento anual, em média. A mineração, por sua vez, precisa faturar R\$ 370 mil para gerar um posto de trabalho. A comparação com a pecuária faz todo sentido, porque esta é uma atividade econômica que se concilia com o ecossistema pantaneiro, enquanto a mineração polui e degrada.

Sabemos do envolvimento de algumas mineradoras no patrocínio de programas sociais, porém tais investimentos ainda são tímidos. Nossa expectativa é de que se

amplie a retribuição das mineradoras à sociedade corumbaense. A minha proposta é de que a arrecadação da taxa economize recursos livres do Tesouro que vão possibilitar reduzir carências graves de natureza socioambientais. A aplicação transparente e sob controle social dos recursos liberados pela arrecadação da taxa poderá iniciar um novo ciclo de prosperidade para a cidade, beneficiar a imagem das mineradoras e instituir um novo marco de referência para a gestão pública.

Ainda antes da cobrança da taxa, convidamos as mineradoras para o diálogo. Ocorre que a resposta até o momento é um constrangedor silêncio da maioria delas e omissão no recolhimento do tributo por todas. À população de Corumbá e seus dirigentes fica a esperança de que as mineradoras vão pensar melhor no assunto e a breve resposta há de vir respaldada no bom senso e no espírito de solidariedade, bases da responsabilidade social”.

É de se observar que se considerarmos o preço internacional atual do minério de ferro da ordem de US\$ 150,00 por tonelada, (de acordo com o diretor de finanças da Vale, Guilherme Cavalcanti, o preço continuará acima de US\$ 150 por tonelada por, pelo menos, cinco anos) e adotando a taxa atual de câmbio, esse preço corresponde a R\$ 234,38 por tonelada. Assim uma taxa de R\$ 2,00 por tonelada corresponde a algo em torno de 0,85% do valor atual da tonelada de minério de ferro.

Outra questão grave a que se referiu o secretário, diz respeito à necessidade de drenagem urbana e de esgotamento sanitário de Corumbá. A quase a totalidade dos recursos do PAC 2, em Corumbá, destinam-se a obras voltadas para sanear as deficiências das redes de água e esgoto do município.

Outro ponto importante da questão sanitária do município, assinalado pelo secretário, diz respeito ao aterro sanitário para disposição do lixo urbano. Já foi selecionada uma área na entrada da cidade para a qual foram já iniciados estudos de geologia e hidrologia que deverão estar concluídos dentro de alguns meses.

Aduziu ainda o Sr. secretário à questão da vocação turística do município que tem se restringido ao turismo da pesca mediante a utilização da Barcos Hotéis, de tal forma que este fluxo turístico não permanece na cidade, deixando de estimular a melhoria e a ampliação da rede hoteleira.

Esforços têm sido implementados pela Prefeitura de Corumbá visando criar alternativas turísticas diversificadas, aproveitando a vocação natural e histórica da cidade. Procurando incentivar o turismo de negócios, desenvolveram os projetos de revitalização da orla, com a recuperação das fachadas do casario do porto, a restauração, em curso, da antiga sede da Alfândega e anexo para uso como auditório da UFMS, criação do Centro de Convenções, recuperação do Prédio que sedia, atualmente, o Moinho Cultural cujas atividades vêm sendo financiadas pela Fundação Vale, e ainda desenvolvendo o calendário cultural da cidade com a implantação de novo local para promoção dos desfiles de Carnaval, estimulando as tradicionais festas de São João no mês de Junho e o Festival da Pesca. O secretário manifestou sua expectativa de que a Vale se associe a estes esforços.

Dentro desta mesma linha de preocupação inaugurou-se, recentemente, linha aérea regular de Corumbá a Cuiabá de forma a melhor integração com as regiões Norte e Nordeste, além do tradicional circuito Campo Grande – Corumbá.

Entrevista com o Sr. Edwaldo Mendes – Presidente do Rotary Club de Corumbá.

Entrevista realizada no dia 27 de Julho de 2011, das 14h às 15h, à Rua do Porto, 245, Ladário, MS.

O Sr. Edwaldo demonstrou conhecer o projeto de expansão da MCR e levantou algumas questões, entre elas:

Considera que aproveitando a instalação da adutora que trará água de processo para a Mina da MCR, a Vale faria bem em estabelecer convênio com a SANESUL para criação de um ramal da adutora para uma ETA, a ser construída pela SANESUL que se encarregaria da distribuição às comunidades de Albuquerque, Antônio Maria Coelho e assentamentos rurais como o de Mato Grande.

Entende que a atividade mineradora é temporária e que uma vez esgotadas as reservas de minério de ferro da mina, a mineradora vai embora e este eixo de

desenvolvimento desaparece. Assim, Corumbá e Ladário devem buscar novas alternativas de desenvolvimento sustentáveis, de longo prazo.

Outras alternativas de desenvolvimento já aventadas, como por exemplo, a petroquímica, baseada na oportunidade de passagem do gasoduto boliviano por Corumbá estão fora de questão por razões ambientais.

Observa que faltam opções de lazer, esportes e cursos profissionalizantes para a juventude de Corumbá e Ladário. Os cursos voltados à qualificação de pessoal para atividades de mineração devem ser, por isso, progressivamente substituídos por outros voltados, por exemplo, para formação de pessoal para o setor turístico, alternativa sustentável de desenvolvimento para a região.

A atividade turística exige infraestrutura adequada de alojamento, restaurantes, transporte, comunicações e serviços qualificados para essa infraestrutura a ser ainda criada. Cursos do SENAC adequados são oferecidos para formação de pessoal nessas áreas, mas a custos excessivos para os níveis de renda locais. No caso de Ladário, este custo fica ainda mais elevado devido ao custo do transporte e ao tempo de deslocamento.

Alguns investimentos aptos a criar alternativas de lazer para a juventude local e que serão capazes de atrair maior fluxo turísticos necessitam ser feitos como cinema, teatro, centros esportivos, clubes náuticos nas imediações do Porto de Corumbá. Por exemplo, Centro de Convenções cujo projeto existe, mas ainda não foi concretizado, criação de um "sambódromo" ou local para realização do Carnaval muito concorrido. Contudo, que ocorre em local inadequado na Av. Gen. Rondon, prevendo locais para pista e arquibancadas.

Existem festas populares tradicionais que podem ser mais bem exploradas para fins turísticos, como a Festa de São João e do Santo da Navegação que poderia receber apoio da Marinha, por exemplo.

Afora estas colocações, o Sr. Edwaldo levantou algumas questões específicas relativas ao transporte hidroviário pela hidrovía do Paraguai. Afirmou que a principal dificuldade na região é a questão da necessidade de desmembramento dos comboios para passagem sob as pontes rodoviária e ferroviária. Considera que as pontes foram mal executadas, pois não estão na posição ideal para facilitar a

navegação. Por outro lado, as defensas antes das pontes estão mal dimensionadas e mal projetadas motivo pelo qual foram danificadas no acidente com o primeiro comboio que abalroou e destruiu essas defensas, o que conduziu ao segundo acidente que abalou os próprios pilares da ponte.

Observou que o dr. Samuel, da superintendência da AHIPAR (ver a respeito a entrevista com o dr. Samuel Van Ser Laan neste mesmo anexo) sugere como solução a dragagem do canal central de navegação sob as pontes. Como o dr. Samuel o Sr. Edwaldo (que dirige uma empresa de despacho marítimo no porto de Ladário) e possui os conhecimentos técnicos a respeito, explica que dado o posicionamento das pontes, os comboios têm que entrar enviesados sob as pontes e que o desmembramento dos comboios e manobras decorrentes conduzem à perda de dois dias inteiros de navegação, o que corresponde a uma perda de duas viagens por ano, ou seja, 4 000 t de minério deixam de ser transportadas, por ano, em decorrência desse problema.

Entrevista com o Sr. Gamilton Gambará Presidente do Lions Clube de Corumbá

Entrevista realizada no dia 26 de julho de 2011, das 15 às 16 horas. Rua Don Aquino 1265, Centro Corumbá, MS.

O Sr. Gamilton argumenta que as possibilidades de desenvolvimento econômico da região estão vinculadas à atividade mineradora, à pecuária (o município de Corumbá possui mais de 2 milhões de cabeças de gado) de corte e o turismo.

Considera que as possibilidades de desenvolvimento agrícola são mais restritas. Lembra que o Governo do Estado queria implantar 20 usinas de álcool na região, mas o projeto não possuía condições de sustentabilidade em virtude da questão do vinhoto, incompatível com o bioma do Pantanal.

Com relação ao turismo argumentou que o turismo da pesca está concentrado nos "barcos hotéis" o que reduz o uso do equipamento hoteleiro de Corumbá e Ladário,

e não propicia o desenvolvimento do turismo como fator de geração de renda e emprego nessas cidades.

Considera, contudo, que após a revitalização do Porto de Corumbá e com a restauração do casario do porto, abre-se a perspectiva de desenvolvimento de outro tipo de turismo, além do turismo da pesca como, por exemplo, o turismo contemplativo e o ecoturismo, além do turismo de negócios.

No período de novembro a fevereiro, época da piracema, por exemplo, o turismo da pesca fica inviável. Lembrou a existência de eventos importantes para a atração turística, como o Festival América do Sul, em maio e o Festival das águas, em outubro que atraem turistas, constituindo o último evento da pesca.

Com relação ao turismo, argumentou que o turismo da pesca está concentrado nos "barcos hotéis" o que reduz o uso do equipamento hoteleiro de Corumbá e Ladário, e não propicia o desenvolvimento do turismo como fator de geração de renda e emprego nessas cidades.

Lembrou que a atividade turística depende, essencialmente, da oferta de infraestrutura e de serviços de qualidade para atender ao fluxo turístico. Neste sentido, entende que um importante trabalho prévio de formação de pessoal e de mão de obra qualificada deve ser desenvolvido para possibilitar o desenvolvimento turístico, importante alternativa para o desenvolvimento da região depois de esgotados os recursos minerais que viabilizam a atividade da indústria extrativa mineral, ao lado da pecuária, como principal eixo de desenvolvimento da região.

O Serviço Nacional do Comércio – SENAC, em Corumbá, oferece excelentes cursos de formação de pessoal para as atividades de serviço e comércio, incluindo hotelaria, restaurantes e demais atividades de serviços essenciais para o desenvolvimento do turismo em Corumbá. Contudo, o custo desses cursos é excessivamente alto para as classes sociais que demandam este tipo de emprego na região. Talvez, este seja o principal entrave para a formação de pessoal qualificado para as atividades do setor de comércio e serviços, cuja carência de pessoal qualificado é evidente.

Uma iniciativa que poderia romper com este círculo vicioso talvez fosse um programa de incentivos a ser promovido pela MCR para oferecer bolsas de estudos

no SENAC, visando estimular a formação de pessoal e de recursos humanos qualificados para a promoção do comércio, dos serviços e do turismo de negócios em Corumbá.

Entrevista com o Sr. José Milton da Silva. Presidente da Loja Maçônica Alvorada do Pantanal.

Entrevista realizada dia 26 de julho de 2011, de 12h às 13 h. Rua Batista das Neves nº 310, Centro, Corumbá, MS.

Após ouvir a breve exposição sobre o projeto em estudo pela Vale de expansão da lavra da MCR, o Sr. José Milton observou que a primeira providência para utilização do ramal ferroviário de Maria Coelho a Ladário seria investir na melhoria da malha ferroviária do trecho e ampliar a bitola, de modo a suportar a carga a ser transportada.

Observou, igualmente, que no Pátio Ferroviário de Maria Coelho considerava necessária a construção de um "sugador" ou tela de proteção para redução das partículas de minério em suspensão provocadas pelas operações de descarregamento do minério que chega de caminhão para embarque ferroviário. Mesmo com essas medidas, considerava indispensável que a Vale providenciasse o deslocamento da Escola para outra área menos poluída e, também, a recuperação e a restauração do córrego de Piraputangas cuja vazão foi prejudicada pelas operações locais da MCR.

Com relação à construção da adutora que trará água do rio Paraguai para atender à operação da Mina, sugeriu o Sr. José Milton que a Vale poderia construir uma variante, com menos de 10% da vazão prevista, para atender às necessidades de água das comunidades de Albuquerque, Antonio Maria Coelho e dos assentamentos rurais, como Mato Grande, entre outros que necessitam apenas de água porque a insolação é abundante. Esta seria uma forma adequada de compensação pelos impactos negativos da operação da Mina para aquelas comunidades. No seu entender, a Vale poderia celebra convênio com a SANESUL que se encarregaria de

implantação de uma ETA para tratamento da água do rio Paraguai e a rede de distribuição para atender a estas comunidades.

Referiu-se igualmente aos problemas decorrentes do aumento do fluxo de transporte hidroviário e do acidente já ocorrido, em duas ocasiões, com o abalroamento de comboios nas pontes rodoviária e ferroviária, e que chegou a interromper o tráfego rodoviário por dois dias, deixando a cidade de Corumbá ilhada do resto do país.

Considerou, a propósito, que a Marinha deverá ampliar sua frota de fiscalização de forma a tornar mais efetivo o controle da navegação na hidrovia e evitar a ocorrência deste tipo de acidente. Referiu-se, ainda, a propósito da Base da Marinha, em Ladário, da importância econômica da presença da Marinha no município, considerando que quarenta por cento da população de Ladário depende, direta ou indiretamente, das atividades da Base da Marinha. Lembrou, ainda, que o desembarque de minério, no Porto da Granel Química, deveria gerar receita significativa de ISS ao município de Ladário.

Mencionou também, como projeto importante para Corumbá, o Corredor Bio-Oceânico ligando a costa do Chile, no pacífico ao Porto de Santos, no Atlântico, que facilitará o escoamento da produção da Bolívia, em particular de Santa Cruz.

Elogiou a iniciativa da Fundação Vale com o desenvolvimento das atividades culturais do Moinho Cultural, que promove a dança, o teatro e a música, atividades potencializadoras da cultura.

Entrevista com o Vereador Carlos Alberto Machado (PT).

Realizada no dia 26 de Julho de 2011, das 17h30m às 18h30m. Em sua residência à Rua Luiz Feitosa Rodrigues nº 1 577, Centro, Corumbá, MS.

O Senhor vereador demonstrou conhecer em detalhe o projeto de expansão da lavra da MCR e estabeleceu, a respeito algumas premissas.

Preliminarmente, referiu-se à iniciativa do prefeito de Corumbá de estabelecer uma taxa municipal de fiscalização das atividades mineradoras no valor de R\$ 2,00 por

tonelada de minério extraído como forma de compensação pelo valor de um recurso não renovável extraído do município. É favorável a este tipo de taxa municipal cuja implantação acha-se, ainda, *sub judice*, pois considera que, dado o valor extraordinário da riqueza mineral extraída do patrimônio natural do município, a Vale e as demais mineradoras deveriam deixar ao município mais do que apenas os investimentos sociais realizados, por exemplo, pela Vale, no Moinho Cultural, por intermédio da Fundação Vale.

Mencionou, igualmente, a expectativa da comunidade de que a MCR abrisse a possibilidade de uma variante da adutora que captará água do rio Paraguai para seu processo de extração mineral, de modo a abastecer as comunidades de Albuquerque, Mato Grande e Antônio Maria Coelho.

Tal variante poderia ser objeto de um convênio entre a MCR e a SANESUL que se comprometeria a realizar o tratamento da água através de uma ETA, de modo a possibilitar a sua distribuição à população.

De qualquer forma, considera que, na questão da água, a Vale, sucessora da Rio Tinto, tem um passivo ambiental a ser mitigado relacionado com o rio Piraputangas, que teve sua vazão prejudicada por operações da Rio Tinto e cuja recuperação constitui, no seu entender, uma obrigação da empresa.

Mencionou, igualmente, uma série de atividades de recuperação do patrimônio histórico e cultural de Corumbá que a MCR poderia desenvolver, como retribuição pelo uso dos recursos do seu patrimônio natural, como por exemplo, a restauração das igrejas de Nossa Senhora da Candelária e da Igreja Imperial N. S^a Auxiliadora.

Referiu-se também aos problemas do Hospital da Sociedade Beneficente Corumbaense que acumulou dívida astronômica que a Vale poderia, eventualmente, auxiliar a resolver. Informou, a respeito, que a questão vinha sendo tratado pelo Sr, secretário de Educação Lamartine, interventor do município no referido hospital.

Discorreu, em seguida, o Sr. vereador sobre a sua compreensão de que a simples extração do minério, sem o seu beneficiamento através de usinas de um pólo minero-siderúrgico não contribuía para o desenvolvimento econômico e social da região. Referiu-se ao projeto da Rio Tinto de realizar investimentos da ordem de

US\$ 2 bilhões para processamento siderúrgico do minério de ferro de Mutum, e indagou se a Vale não estaria disposta a reconsiderar a possibilidade de retomar estes investimentos. Entende que é necessário criar alternativas para o desenvolvimento econômico e social da região, uma vez que a simples extração do minério, sem o seu beneficiamento conduzirá, cedo ou tarde, ao esgotamento das reservas minerais do município, sem deixar alternativas de desenvolvimento.

Como outros entrevistados o Sr. vereador referiu-se também ao projeto da *Jindal Steel & Power Ltda.* e seu projeto de um pólo minero-siderúrgico a ser implantado no departamento boliviano fronteiriço a Corumbá. Se existe viabilidade para um projeto desta natureza no departamento boliviano fronteiriço por que não estudar a viabilidade de um projeto de natureza semelhante em Corumbá?

Estudos realizados pela Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME estima que, para cada emprego na indústria de extração de minério de ferro, são gerados dois empregos na indústria fornecedora de bens e serviços e 16 empregos diretos na indústria de transformação. Assim, na hipótese de se desenvolver um pólo minero-siderúrgico, em Corumbá, as perspectivas de desenvolvimento econômico sustentável para a região estariam asseguradas.

Entrevista Dr. Samuel Van Ser Laan Superintendência AHIPAR Administração da Hidrovia do Paraguai.

Realizada no dia 22 de julho de 2011, das 17 às 18h, na sede da AHIPAR à Rua 13 Junho, 960 - Centro, Corumbá, MS,

A entrevista fora originalmente programada para ser realizada com o dr. Antônio Paulo de Barros Leite, superintendente da AHIPAR. Contudo, dado as dificuldades de agenda do superintendente, e por indicação do Sr. Marco Antônio Costa, gerente do SENAI, Corumbá, fomos atendidos pelo dr. Samuel Van Ser Laan, também da Superintendência da AHIPAR.

Uma vez exposto o resumo do projeto em estudo pela Vale para expansão da MCR em Corumbá, o Dr. Samuel observou que os principais problemas logísticos relacionados com o transporte mineral por meio da Hidrovia do Paraguai relacionam-se com a questão das manobras dos comboios.

Referiu-se a dois acidentes ocorridos com comboios provenientes do Paraguai. O primeiro, com a destruição das defensas da ponte abalroada por um comboio e o segundo que atingiu diretamente os próprios pilares da ponte. Este acidente interrompeu o fluxo de transporte rodoviário da ponte até que os danos fossem avaliados para liberação do tráfego. Nesta ocasião, Corumbá ficou praticamente isolada do resto do país por via rodoviária.

A razão desses acidentes relaciona-se com as manobras que exigem o desmembramento dos comboios antes da travessia sob a ponte. Naquele trecho do rio Paraguai, a calha do rio é estreita e o comboio deve primeiro dirigir-se em orientação diagonal ao curso principal do rio para depois manobrar na calha central do rio antes de atravessar sob a ponte, em curso perpendicular à ponte. Estas operações são lentas e arriscadas. Há projetos para dragagem visando ampliar a navegabilidade da calha central para evitar este tipo de manobra. Há, também, necessidade de desmembramento dos comboios na chamada volta do Rebojo (papo do jacaré). Estas manobras podem levar um dia inteiro

Contudo, observou que as principais dificuldades de navegação ocorrem no trecho antes de Corumbá, entre Cárceres e Ladário. Nestes trechos com diferentes topografias e muitos meandros, e em alguns casos com raio de curvatura menor que 60 metros, a navegação é mais difícil.

Explicou que o porto Gregório Curvo, por onde a Vale pretende enviar o principal fluxo de transporte do minério de ferro do seu projeto de expansão recebeu este nome em homenagem feita a seu pai, por Eliseu Curvo, deputado federal e ministro do governo Collor.

Afora as dificuldades de manobra antes do cruzamento das pontes rodoviária e ferroviária, o rio Paraguai tem capacidade para 2 milhões de toneladas/km e atinge 18 milhões de toneladas/km na Argentina.

Atualmente, o transporte diário não ultrapassa 5 comboios por dia, mas o rio tem capacidade, neste trecho, de até 50 comboios por dia. Explicou, ainda, que no caso do transporte de minério pela hidrovía Paraguai navega-se empurrando e não puxando os comboios, o que exige, em alguns casos, manobras muito demoradas. Um comboio de 2 por 2 barcaças, por exemplo, representa uma extensão de 110m por 24 metros. Um comboio de 4x4 exige manobras ainda mais complexas.

Estudos já realizados indicam a possibilidade de utilização de um empurrador e 16 barcaças (tipo 4x4), com capacidade para transportar 50.570 toneladas por comboio, com propulsão diesel-elétrica e sistema de navegação orientado eletronicamente.

Entende que as principais dificuldades logísticas situam-se, sobretudo, no transporte rodoviário e ferroviário até os portos hidroviários. Por isso, acredita que a solução da correia transportadora pode vir a solucionar os principais problemas logísticos de transporte do minério de ferro, no caso da MCR.

Entrevista com a Dra.Emiko Kawaram de Resende Chefe Geral da EMBRAPA Pantanal

emiko@cpap.embrapa.br

Entrevista realizada na sede da EMBRAPA PANTANAL, das 13h30, às 14h15 do dia 21 de julho de 2011, Rua 21 de Setembro nº 1880 N.Sra. de Fátima, CEP: 79320-900, Corumbá, MS.

A dra. Emiko já conhecia, em princípio, o programa de expansão da mina da MCR, desde os tempos da Rio Tinto. Manifestou certa preocupação com a questão do nível das águas do rio Paraguai cuja variabilidade prejudica a navegação. Acredita, contudo, que a MCR já conhece bem esta questão porque a Vale e as demais mineradoras da região contrataram um estudo da COPPE sobre o assunto e que foi objeto de um modelo matemático.

Segundo sua avaliação a variabilidade do nível das águas no rio Paraguai não decorre, apenas, dos ciclos de cheia e de seca que ocorrem ao longo dos meses, a

cada ano, mas também de ciclos longos, como o ocorrido no período de 1985 a 1998, quando todos os anos o nível das águas ultrapassou 5 metros e que, a partir de 1998, observou-se um longo período de secas quando o nível das águas reduziu-se em todos os ambientes inundáveis.

Explicou, a propósito, que o bioma do Pantanal é pulsante, não só ao longo de um ano, mas também em períodos mais longos, com ciclos de vários anos. A variação periódica destes ciclos é essencial para a renovação das pastagens, da flora e da fauna do Pantanal.

Referiu-se, em seguida, a uma questão sempre preocupante que é o cuidado que se deve ter para evitar interferir em certos "controles ecológicos" naturais do curso do rio Paraguai. Os longos e numerosos meandros do rio Paraguai a montante de Corumbá reduzem a velocidade de vazão e combinados com estruturas rochosas que estreitam a calha do rio, nas proximidades de Corumbá são essenciais para manter a existência do Pantanal. Já houve no passado, tentativas de projetos insensatos de retificação dos meandros do rio ou de alargamento da calha do rio, nas imediações de Corumbá visando facilitar a navegação, mas esses projetos foram vetados por ameaçar a própria existência do Pantanal Mato-grossense.

Cuidados especiais devem ser tomados no deslocamento dos comboios de barcaças no rio Paraguai, como por exemplo, a necessidade de desmembramento desses comboios para a passagem sob as duas pontes, a rodoviária e a ferroviária. Já ocorreram dois acidentes graves na passagem sob a ponte rodoviária, um quando um comboio de barcaças destruiu as defensas existentes para proteção dos pilares da ponte rodoviária e outro quando outro comboio abalroou, diretamente, os pilares da ponte, o que determinou a necessidade de suspender, por dois dias seguidos, o tráfego rodoviário deixando a cidade de Corumbá isolada do resto do país.

Com relação às atividades agropecuárias na região, explicou que a extrema variabilidade climática dificulta, sobremaneira, estas atividades, como por exemplo, a pecuária leiteira. As culturas mais comuns nos assentamentos rurais da região são a mandioca, o milho, a cana de açúcar e a pecuária de corte. O Assentamento Urucum já está emancipado, mas não sabe informar a situação atual exata do Assentamento de Mato Grande, mas que foi objeto de estudos do Evaldo Cardoso, pesquisador da Embrapa.

Com relação à recente reportagem da TV Morena sobre as reclamações da população de Corumbá de excesso de poeira em vários bairros da cidade, disse acreditar que não se tratava do movimento de minério de ferro nas imediações, mas do uso que se faz na recomposição do calçamento das ruas da cidade de rejeitos de minério de ferro e também da poeira do calcário.

Observou, entretanto, que uma colaboração importante da Vale para o município seria um reforço da infraestrutura de transportes, particularmente do transporte urbano de passageiros, extremamente precária, bem como da formação de pessoal voltada para a vocação turística de Corumbá, tanto do SESI como do SENAC, sem esquecer o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), e eventualmente, da rede hoteleira.

Entrevista com o Secretário Municipal de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Secretário de Obras de Ladário, Comandante Jorge de Castro.

comandantedecastro@ladario.ms.gov.br

Tel. (067) 8428-2210 ou 3226-2880.

End: Rua Almirante Barroso s/n Ladário

Entrevista realizada dia 20 de julho, de 2011, entre 15:00 e 16:30 h.

Ao tomar conhecimento dos estudos em curso para o EIA-RIMA da expansão da MCR, interessou-se, sobretudo, pela perspectiva de que, ainda na primeira fase, prevê-se que 2 milhões de toneladas de minério, provenientes do Pátio Maria Coelho, escoariam, anualmente, via ferrovia, pelo Porto da Granel Química, situado em Ladário. Mostrou uma grande foto histórica do antigo Porto de Ladário que ilustra as paredes de seu gabinete, hoje, pouco ativo e subutilizado, e fala da sua importância histórica para o desenvolvimento do município de Ladário. Compara, em seguida, a antiga foto aérea com a atual do *Google Earth*, onde se vê o Porto da Granel Química, mostrando sua proximidade e suas perspectivas de expansão.

Considera que a exportação de minério de ferro via ferrovia do Pátio Maria Coelho e através do Porto da Granel Química, em Ladário, conforme previsto nos estudos de expansão da MCR deverá resultar em aumento de arrecadação tributária do município mediante a Taxa Municipal de Fiscalização da Utilização de Recursos Minerais que embora ainda *sub judice* espera seja aprovada na percepção de R\$2,00/t. Independentemente desses recursos prováveis, é certo que o município fará juz ao ISS cobrado por serviço portuário de embarque do minério.

Com relação à CEFEM, entende que essas receitas só ocorrem para as minas localizadas no município, o que não é o caso da MCR. Segundo estimativas do DNPM, e considerando o percentual que cabe ao município, estima que em 2011, até o mês em curso, as receitas de Ladário atingiram R\$ 760 000,00, por outro lado, que existe um passivo de recursos da CEFEM para o município da ordem de R\$ 10 milhões que está em juízo.

Entende que esses recursos devam ser aplicados em programas e projetos de preservação ambiental, tais como a Área de Proteção Ambiental da Baía Negra APA Municipal Delcídio Amaral. Entende que esses recursos devem também ser aplicados em políticas públicas de formação de pessoal e em projetos e saneamento básico como SANEAR de resíduos sólidos realizado pela Prefeitura de Ladário.

Quanto às empresas localizadas em Ladário que consideram aptas a fornecer produtos e serviços para a MCR, refere-se às indústrias de Caldeiraria Pesada e de Tornearia existentes no município.

Indicou ainda que a Base Naval da Marinha localizada em Ladário exerce a função de fiscalização do transporte fluvial no rio Paraguai e que possui atualmente duas lanchas para fiscalização e que devido ao aumento previsto no fluxo de carga fluvial do projeto da MCR já está a marinha prevendo mais duas ou três lanchas a serem adquiridas para este fim com recursos do DNIT.

Entrevista com o Sr. Marcos Antônio Costa; Gerente do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Realizada no dia 22 de julho de 2011, das 14h às 1630 na sede do SENAI, Corumbá à Alameda São José nº 10, Maria Leite, Corumbá, MS.

O Sr. Marcos Antônio Costa ouviu nosso resumo do projeto de expansão da MCR Corumbá e nos disse que já tinha conhecimento do referido projeto e que em virtude da parceria do SENAI com as indústrias locais e, por ser esta a função precípua do SENAI, esta instituição já havia avaliado as necessidades de pessoal técnico e de profissionalização da mão de obra necessária, a médio e longo prazo, para atender às exigências do projeto da Vale.

Explicou ainda que as expectativas de geração de emprego na mineração não são, em geral, muito altas. Ao contrário de um frigorífico, por exemplo, como é o caso de um projeto da Sadia, por exemplo, as exigências chegam a ser de geração de 3000 empregos, mas que no caso das mineradoras essas exigências não costumam ultrapassar 1000 a 1400 empregos. Que, mesmo no caso do projeto do pólo minero-siderúrgico da Jindal (*Jindal Steel & Power Ltd.* empresa indiana que está se localizando na Bolívia, na fronteira com Corumbá, e citada por quase todos os entrevistados), espera-se que venha a gerar algo entre 2000 e no máximo 4000 empregos. Por isso, provavelmente serão providos por pessoal proveniente de Corumbá, já que a cidade boliviana mal atinge este contingente populacional.

Um projeto que certamente ampliaria consideravelmente a oferta de empregos em Corumbá seria o projeto do Pólo Petroquímico previsto para os próximos 10 anos a partir do gás boliviano cujo gasoduto passa por Corumbá, mas cuja implantação esbarra nos receios relacionados com os riscos ambientais da indústria petroquímica num bioma tão sensível como o do Pantanal o que levanta sérias dúvidas quanto a sua sustentabilidade.

De todo modo, o SENAI atua como pólo de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial, tendo como missão a promoção da educação profissional e tecnológica, mediante a formação de recursos humanos, a

prestação de serviços como assistência ao setor produtivo, serviços de laboratório, pesquisa aplicada e informação tecnológica.

O SENAI Corumbá oferece, atualmente, 800 vagas sendo 360 gratuitas em dezoito cursos de qualificação profissional, 119 vagas gratuitas de aprendizagem em cinco cursos com carga horária de 800 horas, 564 vagas em seis Cursos Técnicos com carga horária de 1600 horas, em média, e onze cursos de aperfeiçoamento, com 530 vagas com carga horária média de 40 horas.

Por outro lado, investimentos significativos têm sido feitos no sentido de promover a melhoria do ambiente de ensino e da reforma e adequação da infraestrutura física do CETEC SENAI Corumbá; construção de Salas de aula, infraestrutura tecnológica do laboratório de solda industrial, modernização do curso de aprendizagem em mecânica e manutenção de máquinas industriais, atualização do curso técnico de mineração etc.

Na agenda de cursos do SENAI, em 2010, constam cursos de mecânico de manutenção de motores diesel, desenho técnico assistido (CAD), pedreiro, eletricista instalador predial de baixa tensão, encanador instalador predial, eletricista instalador industrial, auxiliar de eletrônica industrial, auxiliar logístico de produção e de suprimento, análise de qualidade ambiental de minas, lubrificação industrial, controle de medidas, soldador processo eletrodo revestido aço carbono e aço baixa liga, processos de soldagem tig e mig/mag, operador de máquinas-ferramentas convencionais, operador de britador, supervisor de operação de apoio de minas, ergonomia, higiene ocupacional, psicologia aplicada e segurança do trabalho, entre outros.

Há ainda que assinalar, investimentos em curso no valor de R\$ 2 milhões para implantação de um complexo SESI/SENAI, com área de 32365 m², com praça de esportes e lazer que comporta campo de futebol, quadras poliesportivas, área de concentração popular, lagoas artificiais e biblioteca da indústria do conhecimento do SESI, abertos à população, no bairro Maria Leite, em Corumbá.

Entrevista com o Sr. Lourival Vieira Costa Presidente do Sindicato das Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e Elétricas de Corumbá.

Fone: (67) 3231-2360.

Realizada no dia 13 de junho de 2011, às 10h. Na sede do sindicato, Rua 13 de Junho, nº 1044, sala 28, Centro, CEP 79300-040, Corumbá, MS.

O Sr. Lourival tinha conhecimento do projeto da Vale, assim como outros empresários do seu sindicato, em função de palestra realizada por executivos da Vale para eventuais fornecedores locais.

Imediatamente, referiu-se às exigências feitas pela Vale, a esses eventuais fornecedores, de apresentação de licença ambiental para qualificar-se. Relatou que naquela palestra perguntou porque determinada empresa não local havia obtido contratos de fornecimento à Vale, sem, contudo possuir tal licença.

Segundo o Sr. Lourival, o executivo da Vale atribuiu este tipo de acusação à sua eventual competição com a empresa contratada. Segundo o presidente do sindicato, ele teria esclarecido, na ocasião, que este não era o caso porque sua empresa dedica-se à retífica de motores de caminhões e que ele jamais pretendeu prestar seus serviços à Vale porque sabe que os fornecedores de caminhões da Vale, localizados fora da região, substituem mediante simples telefonema, qualquer motor de seus caminhões com defeito, conforme contrato de venda.

Acrescentou que, em reunião confidencial posterior, realizada no IEL, o referido executivo indicara que faria uma sindicância a respeito. Não obstante, o Sr Lourival afirmou que empresas locais, pertencentes a seu sindicato e que prestam serviços de manutenção industrial e que possuem contratos de serviço com a Vale se queixavam de dificuldades decorrentes de atrasos no pagamento de faturas o que reduzia, significativamente, a margem de ganho já exígua que auferem nestes contratos devido à necessidade de pagamento de juros que aumentavam o custo financeiro de suas empresas, inviabilizando esses contratos.

Perguntado sobre a existência de empresas locais aptas, eventualmente, a operar como fornecedores da Vale, o Sr. Lourival indicou que, de fato conhecia empresas

no seu próprio sindicato aptas a fazê-lo. Contudo, não recomendava a essas empresas que o fizesse devido ao problema assinalado acima e em virtude da má experiência que tiveram algumas empresas locais com a MMX, relatando o caso de uma empresa de seu sindicato que havia investido recursos elevados para se habilitar a fornecer para a MMX e que foi a falência, quando da paralisação do projeto.

De todo modo, afirma que as mineradoras instaladas no município de Corumbá compram menos de 15% nas empresas do município e menos de 20% no Estado do Mato Grosso do Sul, de modo que 65% das compras realizadas por essas mineradoras vêm de fora do Estado.

Referiu-se, ainda, ao projeto da Jindal, a siderúrgica indiana que se está implantando na Bolívia, em pequena cidade próxima a Corumbá. Afirma que a referida empresa adquiriu um dos maiores fornos siderúrgicos do mundo e pretende trabalhar com o minério de Corumbá. Acredita que a mão de obra deverá, igualmente, provir de Corumbá, já que o projeto deverá empregar cerca de 30000 pessoas, o que corresponde à população total da pequena cidade boliviana. Afirmou que sua empresa já está fazendo trabalhos de retífica para essa empresa indiana na Bolívia e que deverá produzir vergalhão e prego para o MS.

Aduziu, ainda, que a FIEMS- Federação das Indústrias de MS está investindo pesadamente na formação de pessoal através do SENAI e que seu presidente, Sergio Marcolino Longen, está investido R\$ 3 milhões na expansão das instalações do SENAI de Corumbá.